



O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Camilla Garcino da Silva*

Resumo: Este artigo tem como intenção refletir acerca do papel da universidade para além da pesquisa acadêmica e do ensino, trazendo breves reflexões acerca da extensão universitária em seu significado e relatos sobre uma experiência de assessoria realizada no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ), possibilitada através de um Projeto de Extensão vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste é salientar a importância da extensão universitária e sua potencialização para a qualificação profissional e o acesso a direitos, considerando a relação direta entre a universidade e sua função educacional e social.

Palavras-chave: Extensão universitária. Qualificação profissional. Direitos. Diversidade sexual e de gênero.

The role of university extension and the field of sexual and gender diversity

Abstract: This article intends to reflect on the university's role in addition to academic research and teaching with brief reflections about the university's extension in its meaning and reports on an advisory experience held at the Pedro Ernesto University Hospital (HUPE/ UERJ), made possible through of an Extension Project linked to the State University of Rio de Janeiro. The purpose of this study is to emphasize the importance of university extension and its potential for professional qualification and access to rights, considering the direct relationship between the university and its educational and social function.

Keywords: University extension. Professional qualification. Rights. Sexual and gender diversity.

* Especialista em Saúde pela Residência Multiprofissional em Serviço Social (Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ), mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UERJ). camillagarcino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para refletir acerca da extensão universitária e o campo da diversidade sexual e de gênero é necessário realizar um breve resgate sobre sua construção histórica. Assim, segundo Rodrigues (2013), a extensão surgiu na Inglaterra e data do século XIX, tendo como objetivo direcionar novos caminhos para a sociedade e promover a educação continuada.

Gadotti¹ (2017) relata que só no início da década de 1960 a extensão universitária foi

considerada indissociável do ensino e da pesquisa, concepção que temos hoje no tripé “ensino-pesquisa-extensão”. Isso se deu, segundo ele, pelo surgimento de ações de compromisso com as classes subalternas objetivando “conscientizá-las” sobre seus direitos. O referido autor resgata que no Brasil a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) determina que as universidades e as instituições de ensino superior deverão socializar junto à comunidade, através de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisas realizadas na mesma para a comunidade. Posteriormente, com a Constituição de 1988, foi afirmada a indissociabilidade do tripé “ensino, pesquisa e extensão” e, também, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394/96) que determinou claramente a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade. Assim, tem-se o início da construção da extensão universitária como um instrumento de mudança social e inerente à universidade.

Em complemento a isso, a ideia de implementar a extensão no currículo das universidades ocorre, segundo Gadotti (2017), no Plano Nacional de Educação — PNE (2001-2010) e no PNE de 2014-2023. Segundo ele, o PNE de 2014 traz avanços na concepção de extensão universitária, defendendo uma visão mais popular e emancipatória que a anterior, considerando a pertinência social dos espaços a serem escolhidos para essa prática. Dessa forma, nos dias atuais, é considerado como instrumento a ser utilizado pela universidade para a efetivação do seu compromisso social.

No que se refere ao conceito de extensão, Rodrigues (2013) ressalta que sua construção ao longo da história tem como base relacionar a universidade e a comunidade proporcionando benefícios a ambas e possibilitando a troca de saberes. Ou seja, colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula compartilhando tais resultados para além dos muros da universidade. Essa troca pode potencializar não só benefícios para a sociedade, mas para os próprios pesquisadores (docentes e discentes) através desse contato com a prática. Assim sendo, a extensão universitária se torna um elemento de fortalecimento da relação entre sociedade e universidade, possibilitando e potencializando o diálogo entre elas no sentido de pensar estratégias e ações sócio-educativas para melhoria das condições de vida da população, bem como, a participação da comunidade nas ações teorizadas na universidade. Possibilitando, portanto, que o ensino rompa as barreiras da sala de aula, sendo uma troca de conhecimentos e experiências entre professores, estudantes e população tornando-se fundamental para o processo de aprendizagem e de transformações societárias. Isso, então, articula as questões pensadas no âmbito acadêmico com a realidade intra e extramuros, fundamental para construção das teorias e pesquisas. É o contato da academia com a realidade que embasa suas pesquisas, o que denominamos de relação entre “teoria e prática”, um dos pilares fundamentais do processo de profissionalização e busca pela garantia de direitos.

Gadotti (2017) traz uma outra questão relacionada ao tema, que deve ser abordada aqui. Ele analisa que, na prática, há duas vertentes de extensão universitária que se têm confrontado: uma mais assistencialista e outra não assistencialista.

2 O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA GARANTIA DE DIREITOS NO CAMPO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Para analisar a relação entre a extensão universitária e o campo da diversidade sexual e de gênero é necessário compreender, inicialmente, a distinção entre sexo e gênero que, por vezes, são utilizados como sinônimos. É importante que se saiba que sexo se refere à distinção biológica entre homem e mulher e gênero corresponde a uma série de significados construídos culturalmente que distinguem o feminino do masculino, em uma concepção binária. Em determinadas sociedades, tais significados culturais estão relacionados a essas diferenças biológicas, aos atributos, funções e relações que vão além do biológico/reprodutivo. Nesse sentido, gênero é construído social e culturalmente e envolve experiências e vivências que partem de esferas subjetivas e objetivas da vida dos sujeitos. Além disso, gênero é atribuído aos sexos para justificar as diferenças e relações de poder/opressão entre os homens e mulheres na sociedade em que vivem.

Acerca do conceito de diversidade de gênero “é importante assinalar que o gênero varia espacialmente (de uma cultura a outra), temporalmente (em uma mesma cultura há diferentes

tempos históricos) e longitudinalmente (ao longo da vida de um indivíduo)” (KORIN, 2001). Este é considerado, portanto, enquanto um elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, sendo uma construção social, histórica, política e econômica, com base em símbolos, normas e instituições que definem o conceito de masculinidade e feminilidade em suas variações. Essa relação entre sexo/gênero perpassa, também, por relações de poder reforçando padrões de comportamento, aceitáveis ou não, para homens e mulheres na sociedade e para a interpretação de novas formas de expressão da sexualidade dos indivíduos, como a diversidade sexual.

Partindo dessa reflexão, podemos afirmar que, segundo Albuquerque et al. (2013), a identidade sexual dos sujeitos é caracterizada a partir de quatro conceitos: 1. O sexo biológico (caracterizado pela definição genética); 2. A identidade do gênero (a percepção de cada indivíduo como sendo homem ou mulher); 3. Os papéis sexuais sociais (definidos pelas características socialmente estabelecidas ao feminino e ao masculino, numa perspectiva de gênero); e 4. A orientação sexual (caracterizada pelo desejo afetivo-sexual de um sujeito em face de outro, seja este do sexo oposto ou do mesmo sexo).

Portanto, afirmar a identidade heterossexual como a normal e natural é negar que as identidades (sexual, étnica, de classe ou de gênero) são uma construção social e que toda identidade é um processo dinâmico, portanto, nunca acabado, pronto ou fixo, mas sempre em transformação. Assim, quando se fala em homossexualidade, tomando-a enquanto orientação sexual que envolve a atração afetivo-sexual entre sujeitos do mesmo sexo, ressalta-se que ela sempre existiu ao longo da história, em diversas sociedades e culturas, passando por momentos de aceitação e de repulsa/proibição/preconceito. Historicamente, a homossexualidade vem sendo muito criticada e hostilizada, justamente por romper com os papéis sociais de homens e mulheres tidos como normais se configurando num padrão socialmente aceito. No entanto, é preciso considerar a homossexualidade a partir do direito à livre expressão de gênero, entendendo o indivíduo enquanto sujeito de sua própria história. Ao assumir essa perspectiva, defendemos a ideia de que esse sujeito se constrói diante de suas vivências, assim, a sexualidade faz parte desse processo de construção de identidade, tal qual o gênero.

O conceito de transexualidade, partindo da referência de Bento (2008), é quando o sujeito se identifica com o gênero contrário ao que lhe foi atribuído em seu nascimento, a partir do referencial de sexo biológico (vagina/mulher; pênis/homem). Esta autora, ao retomar Butler (1990), afirma que “Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. (...) (BENTO, apud BUTLER, 1990, p. 20). Neste sentido, afirma-se que ser homem ou ser mulher está além do fato de ter nascido com pênis ou com vagina. Ser homem ou ser mulher é fruto de uma construção social, histórica e cultural, conforme já afirmado. Ou seja, de acordo com o sexo biológico (pênis/vagina) com que cada um ou cada uma nasce, são “ensinados” modos específicos de vestir-se, andar, falar, brincar, trabalhar, gesticular, namorar e cuidar do(a) outro(a). No entanto, nem todos os seres humanos se identificam com o gênero que lhe foi atribuído e, assim, se denominam como transexuais.

A questão da “transexualidade” não deve ser explicada, exclusivamente, na psique individual, mas nas relações de gênero:

A transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relacionam ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (...) a transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo (BENTO, 2008, p. 16).

Partindo do entendimento desses conceitos, podemos iniciar a análise acerca do projeto de extensão denominado “Assessoria à equipe técnica de Serviço Social na implementação do processo transexualizador no HUPE”, que foi objeto de estudo de um Trabalho de Conclusão de

Residência em Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) do ano de 2017, cujo título é “O atendimento social a pessoas transexuais e a contribuição da assessoria da FSS/UERJ à equipe de Serviço Social do HUPE.” Este trabalho resgata a história da construção e materialização deste projeto, bem como seus frutos para a equipe assessorada, o público atendido e a instituição. No que tange ao campo de estudo e de atuação do projeto, destaca-se que o HUPE é uma das 5 (cinco) instituições de saúde credenciadas pelo Ministério da Saúde como referência para o programa que compõe a Política de Saúde do Brasil², o Processo Transexualizador, tendo em sua normativa a exigência de uma equipe composta por diversos profissionais, incluindo assistentes sociais³.

O referido estudo resgata que o projeto de extensão se constituiu tendo como financiador a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e que foi composto por um professor da universidade, alunos da graduação da referida universidade e as profissionais da equipe a ser assessorada. A atividade foi proposta como natureza de Projeto de Extensão vinculado ao LIDIS (Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e Gênero, Políticas e Direitos), com abrangência estadual e seu público alvo direto foi descrito como: “profissionais de serviço social atuantes no processo transexualizador do SUS no âmbito do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE-UERJ)” no formato de assessoria⁴. De acordo com informações contidas no próprio documento de elaboração da proposta de assessoria que se teve acesso para análise documental deste estudo, este projeto foi demandado pela equipe do hospital, pois, naquela época tanto o processo transexualizador no SUS quanto o próprio atendimento a pessoas transexuais se constituíam como algo novo no processo de trabalho dos (as) assistentes sociais do HUPE, por isso a equipe demandou da Faculdade de Serviço Social FSS/UERJ e, mais especificamente, do professor em tela, que atuasse como assessor através de encontros com o objetivo de ampliar a formação da equipe técnica e estimular a construção de um projeto profissional, simultaneamente, em conformidade com a perspectiva ético-política da profissão e com as demandas específicas desta população usuária para qualificar os serviços prestados e ampliar o acesso a direitos. Tais encontros tinham como objetivo central qualificar, portanto, a formação da equipe técnica acerca de temáticas como diversidade sexual e diversidade de gênero e suas implicações nas políticas sociais, contribuir para a sistematização do trabalho do Serviço Social junto a pessoas atendidas no HUPE (prontuários sociais, estatísticas, estudos de casos, relatórios entre outros instrumentos), contribuir para a reflexão e construção de novas estratégias de intervenção do Serviço Social junto à população atendida, potencializar a aproximação da equipe do Serviço Social das demais equipes atuantes na questão (médicas, psicologia e outras); contribuir para o desenvolvimento/ampliação da produção científica da equipe sobre as diferentes questões que se apresentam através do atendimento a esta população.

Esse projeto teve início no ano de 2012 e tinha como atividades desenvolvidas: Grupos de estudo; Aulas; Discussão de caso; Supervisão acadêmica de estagiários e/ou bolsistas; Elaboração de propostas por parte dos assessorados de temas para realização de rodas de conversa com os usuários (as); Discussão de temas relacionados para qualificação profissional; Entrega de textos para leitura prévia, onde o assessor conduzia as discussões junto com a bolsista do projeto; Elaboraões de atividades para realizar junto aos usuários de forma individual ou coletiva; Avaliação da equipe e reflexão acerca do trabalho realizado; Atuação de estudantes bolsistas do projeto de extensão como uma ponte entre o assessor e assessorados, planejamento, organização dos encontros, registro documental e fotográfico, auxílio nas leituras; Atuação do assessor na realização dos encontros, promover discussões e reflexões, estudos em grupo, supervisão de estágio, contribuição na construção de um projeto profissional; A atuação das assistentes sociais e estudantes se deu através da participação nas reuniões, levantamento de questões, discussões, propostas e casos.

Além dos objetivos apresentados, de acordo com os próprios componentes, a assessoria, via projeto de extensão universitária, trouxe para a equipe a colaboração de um “*olhar de fora*”, possibilitando ver outros horizontes para além dos muros da instituição HUPE. E que os encontros realizados foram fundamentais para o desenvolvimento profissional, reflexão sobre uma nova temática e para a busca de uma melhor atuação coletiva e individual. Afirmam que trouxe uma outra visão sobre o processo de trabalho, para construção de um pensamento crítico, qualificação profissional e organização das ações do referido setor, potencializando a atuação na

área e que possibilitou a construção e avaliação de um projeto profissional e a ampliação da visão sobre o serviço social e sua relação entre “teoria e prática”, questão tão debatida dentro da categoria ao longo dos anos.

Na pesquisa realizada acerca do processo de assessoria foi possível identificar junto aos participantes que os mesmos avaliam a experiência como positiva, destacando que ela teve diversas funções ao longo dos anos até os dias de hoje, ainda que a equipe já domine mais a temática em comparação aos anos anteriores. Assim destacam como alguns dos frutos deste processo:

- O fortalecimento profissional e político da equipe dentro e fora do HUPE;
- A realização de análise crítica sobre as questões apresentadas através de momentos reflexivos e propositivos, trazendo uma construção coletiva do serviço social no Processo Transexualizador;
- Aprofundamento e articulação das questões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas;
- A percepção da importância da sistematização das reuniões e do cotidiano profissional;
- Suporte sobre questões políticas que envolvem a construção e materialização do programa dentro e fora do HUPE;
- Produção de artigos, pesquisas e monografias que contribuem para a organização do serviço, para a política e para a história do Processo Transexualizador como um todo;
- Reflexão sobre os conceitos de sexualidade e gênero para além do “Gênero Feminino”;
- A importância de ter um Assessor *expert* na temática;
- Possibilidade de pensar coletivamente estratégias de intervenção individuais e coletivas.

Os relatos apontam que após a experiência vivenciada, o trabalho junto a este público se ampliou significativamente não apenas dentro da instituição, mas também fora dela, tendo um olhar mais qualificado para as especificidades da população que vivencia a experiência transexual, sendo, portanto, a assessoria considerada um divisor de águas para a construção do trabalho e a qualificação profissional dos e das participantes. Assim, elencam-se aqui as diversas contribuições como: Fortalecimento de ações na gestão dentro e fora do HUPE, como no estado e secretarias relacionadas, nos espaços de controle social e movimentos sociais; Articulação entre academia (Universidade) e assistência (HUPE); Aumento da visibilidade da equipe de Serviço Social da Urologia; Ampliação da equipe com inserção de residentes e estagiários; Fortalecimento, consolidação e continuidade da equipe de Serviço Social da Urologia/Processo Transexualizador; A equipe de Serviço Social da Urologia/Processo Transexualizador se tornou referência no país; Obtenção de recursos através da instituição FAPERJ⁵ para contribuição na organização e trabalho da equipe como computadores, impressora, mobiliário etc; Aumento do reconhecimento da qualidade e organicidade da equipe por parte da gestão do HUPE e profissionais da instituição; Inserção de diversas profissionais que participaram da assessoria e/ou da equipe de Serviço Social da Urologia/Processo Transexualizador em pós-graduações; e organização do processo de trabalho através dos atendimentos aos usuários, supervisões acadêmicas, pesquisas científicas, atuação no âmbito político e da gestão do programa, sistematização da prática, dentre outros. Além disso, o estudo aponta que a assessoria prestada contribuiu para a organização do exercício profissional junto à população que vivencia a experiência transexual através das discussões teóricas realizadas sobre o debate de gênero, diversidade, sexualidade e transexualidade, temas que, ainda nos dias de hoje, são considerados “tabus” na sociedade e também na profissão e que a presença de um assessor *expert* na temática possibilitou a superação de preconceitos e resistências existentes inclusive dentro da equipe de serviço social do HUPE.

Deste modo, identifica-se, pelas informações contidas no referido estudo, que essa experiência possibilitou o desenvolvimento da autonomia e competências teórico-metodológicas e ético-políticas da equipe, abertura de novas frentes de atuação e um fortalecimento político dentro e fora dos muros da instituição, bem como a grande inserção de diversos (as) profissionais que passaram pela equipe em pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*. Bem como afirma a contribuição para o conhecimento da rede de serviços sócio-assistenciais

relacionados a este público, não só para demandas gerais, mas, também, para demandas específicas dessa população e através da assessoria prestada, relatam que foi possível ocupar novos espaços como a universidade, gestão e espaços organizacionais de planejamento e fiscalização.

O trabalho de conclusão de residência resgatado aqui afirma que tal ação potencializou o fazer profissional, proporcionando segurança para a equipe atuar neste campo objetivando uma prática profissional que, de fato, responda às demandas apresentadas e busque a garantia dos direitos desta população, fazendo com que estes usuários tivessem, também, maior visibilidade dentro da própria instituição em que são atendidos.

Por fim, identifica-se que para além dos frutos já apresentados, esta experiência proporcionou repensar a prática profissional e possibilitou a construção de um projeto profissional voltado para esta temática em específico, sendo este um passo fundamental para organização do processo de trabalho e consolidação de uma equipe de serviço social e busca pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos usuários atendidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitos tais resgates sobre a assessoria realizada através de um projeto de extensão vinculado à UERJ, conclui-se que esta foi caracterizada como um marco, um divisor de águas para o pioneirismo da equipe assessorada enquanto referência no atendimento a pessoas transexuais na área da saúde e na introdução e ampliação dessa temática no serviço social, tendo em vista ser um debate recente e que encontra resistências teóricas apesar de ter uma grande demanda no campo prático operativo, bem como resistências devido a valores morais e religiosos, ainda dentro da profissão. Resistências estas que precisam ser enfrentadas.

Neste pensamento, afirma-se que a consolidação e crescimento da equipe de serviço social do Processo Transexualizador do HUPE após a experiência da assessoria, tem papel fundamental na formação e qualificação profissional. Outro ponto a ser destacado sobre a contribuição da assessoria técnica realizada foi a importante parceria entre a universidade, através de seu tripé ensino, pesquisa e extensão, com a instituição universitária hospitalar que congrega ensino e assistência, articulando e potencializando produção do conhecimento, assistência à população e qualificação dos profissionais. No entanto, essa articulação entre universidade e unidade hospitalar está ameaçada pela forma de condução, ao longos dos últimos anos, dos governos através da diminuição dos gastos sociais, desfinanciamento das áreas da saúde e educação, privatização e sucateamento das universidades e hospitais públicos, bem como o avanço do conservadorismo e da interferência dos valores morais e religiosos nos espaços públicos, como os espaços de gestão e de planejamento das políticas públicas, trazendo consequências diretas ao investimento e construção das políticas sociais e no atendimento à população LGBT, aqui, em específico, à população transexual. No entanto, ações como esta, proposta pelo projeto de extensão, demonstram ser fundamentais, junto a outras estratégias, para que se evite, por exemplo, o fechamento do programa dentro da instituição como vem ocorrendo com os Centros de Cidadania LGBT e o Programa Rio sem Homofobia.

Por isso, torna-se cada dia mais urgente e necessária a defesa de um Sistema Único de Saúde sob gestão do estado, das universidades públicas e a laicidade do estado como um todo e o estímulo à participação popular e o controle social⁶, no que se refere à inserção desta população e dos profissionais nos espaços de planejamento, construção e fiscalização de políticas públicas, como, por exemplo, nos Conselhos de Saúde e Conselhos de Direitos, Conferências e a participação e potencialização dos movimentos sociais.

Esta experiência foi, portanto, um grande exemplo da importância de buscar uma formação continuada e uma prática profissional qualificada e nos traz o ensinamento da necessidade da valorização, potencialização e contínua articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e neste caso junto à assistência também, trazendo frutos não apenas para os profissionais e alunos envolvidos, mas para a sociedade como um todo.

Corroborando essas considerações, acrescento que Rodrigues et al. (2013) afirma que um dos desafios presentes no debate da extensão universitária é o de repensar a relação existente entre ensino e pesquisa no que diz respeito às necessidades sociais e, junto a isso, refletir sobre as contribuições das ações de extensão para a garantia e ampliação da cidadania e transformações

concretas na sociedade. Ou seja, pensar e executar a extensão como elemento de contribuição para a sociedade e melhoria das condições de vida da população e não apenas um cumprimento formal e assistencialista desta tarefa. Gadotti (2017) afirma que “muitos veem na extensão universitária uma forma de responder à atual crise da universidade.” O que ele quer é que, para muitos, a universidade que temos é centrada no ensino e na pesquisa e, através da efetivação da proposta de extensão universitária, a universidade pudesse ganhar um novo sentido. E, como vimos ao longo deste estudo, pode. Contudo, não como o único elemento de transformação societária ou de fim da crise universitária, mas como um dos elementos estratégicos para tal. Se considerarmos a concepção emancipadora da universidade e da extensão, podemos observar sua importância dentro e fora dos muros institucionais. Isso significa que a extensão tem protagonismo no projeto político-pedagógico das universidades e traz consigo o objetivo de integrar e articular a sociedade e os espaços acadêmicos para se pensar não apenas os objetos de pesquisa, mas a universidade em si e questões inerentes, como, por exemplo, sua crise. Gadotti (2017) nos ajuda a refletir que é fundamental que se pense criticamente que a extensão universitária pode cumprir dois papéis, o de reforço da lógica capitalista de assistencialismo e refuncionalização das universidades a favor da lógica mercantil ou de cumprimento da sua função pedagógica e social de participação ativa na construção de uma sociedade igualitária para além de seus muros e da formação profissional, na garantia e ampliação da democracia, na luta contra a exclusão social e na defesa da diversidade e garantia de direitos.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Professor titular da Faculdade de Educação da USP e presidente de honra do Instituto Paulo Freire.

² As demais instituições credenciadas, no âmbito do atendimento de alta complexidade, encontram-se em: Hospital de Clínicas – São Paulo (SP); Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Porto Alegre (RS), ; Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (GO), e Hospital das Clínicas/Universidade Federal de Pernambuco – Recife (PE). Além de outras unidades que estão em processo de credenciamento para atendimento ambulatorial.

³ Cf. Portaria 2.803, de 21 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

⁴ Bravo e Matos (2010) apresentam como possibilidades: a assessoria aos profissionais de Serviço Social, a assessoria à organização política dos usuários e a assessoria à gestão de políticas sociais, no caso de Assessores Assistentes Sociais.

⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

⁶ O princípio da soberania popular na Constituição de 1988, abarcado também na Lei 8.142/90, no caso da Saúde em complemento à Lei 8080/90, que inclui a participação de profissionais, gestores e usuários dos serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, G. A. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul./set. 2013.
- ALMEIDA, G. S. Assessoria à equipe técnica de Serviço Social na implementação do processo transexualizador no HUPE. *Projeto de Extensão*, Lidis, 2013, UERJ.
- BENTO, B. A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2006.
- _____. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 nov. 2013. Seção 1, p. 25.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. (Org.). *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Sette Letras; FAPERJ, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.
- FACEIRA, L. da S. O processo de formação profissional em Serviço Social e a extensão universitária: avanços e desafios. *RAI. RUM.*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 44-98, jun. 2013.
- GADOTTI, M. *Extensão Universitária: Para quê?* Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Moacir_Ga

-
- dotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social* - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.
- KORIN, D. Novas perspectivas de gênero em saúde. *Adolesc. Latinoam.*, Porto Alegre, v.2, n.2, mar. 2001.
- RODRIGUES, A. L. L. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. *Cadernos de graduação* – Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- SANTOS, M. C. et al. Processo transexualizador no SUS: um campo político e de práticas em construção. In: Uziel, A. P.; Guilhaon, F. (Org.). *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 353-366.
- SILVA, C. G. *O atendimento social a pessoas transexuais e a contribuição da Assessoria da FSS/UERJ à equipe de Serviço Social do HUPE*. Trabalho de Conclusão (Residência em Serviço Social) – Hospital Universitário Pedro Ernesto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.